

O REFLEXO DA SUCESSÃO FAMILIAR DA ZONA RURAL NAS RELAÇÕES COOPERATIVISTAS: O CASO DE UMA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

*Effects of family succession on cooperativism: the case
of an agricultural cooperative*

Vilmar Rodrigues Moreira
Ailton José Cecato
Carlo Renato Borges
Alex Sandro Quadros Weymer

O REFLEXO DA SUCESSÃO FAMILIAR DA ZONA RURAL NAS RELAÇÕES COOPERATIVISTAS: O CASO DE UMA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

*Effects of family succession on cooperativism: the case of an agricultural
cooperative*

Vilmar Rodrigues Moreira
Ailton José Cecato
Carlo Renato Borges
Alex Sandro Quadros Weymer

Resumo: O objetivo deste estudo foi investigar de que maneira as decisões sobre sucessão familiar de jovens agricultores podem influenciar nas relações cooperativistas. A estratégia de pesquisa escolhida foi o *survey*, com um corte transversal de temporalidade, por meio de um questionário estruturado como instrumento de coleta de dados composto por perguntas objetivas e de múltiplas escolhas direcionado a jovens agricultores, permitindo análises que foram complementadas a partir da aplicação de entrevista semiestruturada direcionada à Cooperativa Agroindustrial Consolata Ltda. Foi possível concluir que, na região estudada, está emergindo uma geração de agricultores que terá um maior nível de profissionalização, com aumento da presença feminina no campo, trabalhando com propriedades maiores e mais diversificadas. Essa realidade deverá produzir reflexos nas relações cooperativistas, uma vez que as expectativas e aspirações destes futuros associados serão diferentes das expectativas dos fundadores da Cooperativa.

Palavras-Chave: Sucessão familiar. Cooperativismo. Agronegócio.

Abstract: The aim of this study was to investigate how the decisions about family succession can influence cooperative relations. To achieve this purpose, the research strategy chosen was the survey with a cross-section of temporality through a structured questionnaire, allowing inferences which have been complemented with the application of a semi-structured interview. It was concluded that in the study area, is emerging a generation of farmers who have a higher level of professionalism, with increased female presence in the field, working with the largest and most diverse properties, which should produce reflections on cooperative relations, given that the expectations and aspirations of associated future will be different from the expectations of the Cooperative founders.

Keywords: Family succession. Cooperativism. Agribusiness.

JEL: Q13.

Introdução

Dentre os diversos atores sociais que contemplam a complexa de relacionamentos da agricultura familiar, as relações entre cooperativas e cooperados merece atenção significativa, notadamente, sobre as decisões no que tange à sucessão familiar rural, pela sua capacidade de influenciar na reconfiguração do setor agrícola, por meio da redefinição de papéis e da interdependência de fatores econômicos, políticos e socioculturais. Em relação aos aspectos socioculturais, percebe-se que a construção de identidade e sentimento de pertença de agricultores, especialmente de origem alemã e italiana, remontam à colonização, a partir de formação de grupos associativos tais como: associações esportivas ou culturais (religiosas), recreação e de auxílio mútuo e profissional (SEIFERTH, 1986). Tais aglutinações, nos termos definidos por essa autora, fortaleceu o espírito associativo que parece ter influenciado a formação de cooperativas com objetivos específicos comuns.

Todavia, à medida que a zona urbana se torna mais atrativa, concomitante ao acesso de jovens agricultores às informações e à tecnologia, a variável sociocultural também sofre influência de variáveis políticas e econômicas, incitando jovens agricultores ao êxodo rural, estimulados pelos desafios e possibilidades proporcionados pelas grandes cidades. Como consequência, urge a necessidade de construção de projetos que estimulem as prerrogativas de conciliar o dinamismo das cidades com as necessidades contemporâneas do desenvolvimento rural, que pode enxergar no cooperativismo, uma opção interessante para busca de um equilíbrio de interesses nas dimensões individuais (jovens agricultores cooperados) e organizacionais (cooperativas).

De acordo com Mesquita e Bauer (2005), a formação de rede pode ter um papel aglutinador no associativismo tal como acontecia nos primórdios, podendo ser umas das formas de atualizar a identificação de grupos. Da mesma maneira, o cooperativismo é fundamentado na reunião de pessoas e não do capital com ênfase nas necessidades do grupo e não do lucro, fazendo do cooperativismo uma alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes (OCB, 2016).

A relevância prática desta pesquisa reside no fato que a reprodução, manutenção e a perpetuação deste sistema de produção está ameaçada. Conhecer os motivos pelos quais os jovens agricultores decidem permanecer ou sair da zona rural parece ser significativo para tomada de decisões futuras no que tange às estratégias e aos modelos de gestão que permitirão equilíbrio e sustentabilidade entre zonas rural e urbana.

Quanto à relevância teórica, a constante migração da população rural para o meio urbano parece estar condicionada a fatores de ordem econômica, cultural e social. De acordo com Kummer e Colognese (2013, p. 23): “vislumbra-se um processo de esvaziamento e de crise de reprodução da agricultura dado o número pequeno de jovens que optam por permanecer no campo.”

A reconfiguração demográfica supracitada afeta tanto a zona rural quanto a urbana, uma vez que as cidades precisam absorver este contingente populacional e se reestruturar. Por outro lado, o esvaziamento do campo provoca a escassez de mão de obra, a concentração e o aumento no tamanho das propriedades. Esses fatores, a longo prazo, podem comprometer a implantação de novos projetos e, ainda, interferir no relacionamento entre os associados e as Cooperativas agroindustriais.

Nesse sentido, o presente estudo pauta-se nas variáveis que exercem condicionamentos sobre o planejamento sucessório de negócios familiares em zona rural. Como objeto de estudo empírico, foi analisada a população dos jovens filhos de agricultores do Município de Formosa do Oeste/PR, com idade entre 15 e 29 anos, que ainda residem nas propriedades rurais e que tem o agronegócio como a sua principal fonte de geração de emprego e renda.

2 Agricultura familiar, sucessão e variáveis condicionantes

A agricultura familiar brasileira é caracterizada por uma grande diversidade sociocultural, política e econômica, podendo variar desde o campesinato tradicional até a pequena produção modernizada. A modernização da estrutura agropecuária da política brasileira no período pós-guerra teve como foco o aumento da produtividade a partir da incorporação de avanços tecnológicos, proporcionando à empresa rural capitalizável, acesso a subsídios fiscais e creditícios. Nesse sentido, ao mesmo tempo que estimulou a modernização, promoveu uma crescente marginalização de pequenos agricultores familiares, com impacto significativo no padrão de desenvolvimento rural, de maneira desequilibrada (SILVA, 2011).

Para Ray (1997), o desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial, estimulando a criação de condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados. Nesse sentido, pressupõe-se que a decisão de continuidade no ambiente rural está intimamente relacionada à dimensão política que, por meio de políticas públicas, pode estimular o desenvolvimento de estratégias descentralizadas capazes de valorizar a regionalização e fidelização de jovens agricultores.

De acordo com Abramovay (2000), ao falar sobre “problema sucessório” sob uma perspectiva política e econômica, a ausência de sucessores significa que os filhos que deixaram o negócio familiar, provavelmente encontraram oportunidades mais promissoras de geração de renda fora do meio rural. Ainda de acordo com esse autor, a opção de incumbência de achar os agentes econômicos capazes de valorizar os imóveis que estarão disponíveis por força do próprio envelhecimento de seus titulares, parece atrativa, uma vez que a retração de candidatos familiares para sua exploração estava em evidência.

Também são elencadas como estratégias: arrendar a propriedade e mudar-se para trabalhar em outras atividades como a indústria ou construção civil, por exemplo; arrendar a propriedade ou permanecer morando na área, mas trabalhar fora dela – o que permite aos jovens usufruir dos benefícios do meio urbano e da comodidade do meio rural, buscando o que há de melhor nos dois meios (ZOTIS, 2011, p. 51); ou, ainda, há situações em que a família muda-se para a cidade, onde os pais continuam a desenvolver a atividade rural, e os filhos dedicam-se aos estudos ou a outras atividades.

Abramovay (2006) afirmou que a valorização da agricultura familiar no país foi pautada a partir de três perspectivas: ao plano intelectual, consubstanciado por estudos que permitiram estratificar e captar a heterogeneidade da agricultura familiar no país, bem como avaliar a sua relevância socioeconômica; plano das políticas públicas, responsáveis pela geração de novas oportunidades de ocupação e negócios no campo a milhares de famílias; plano social, no qual a agricultura familiar corresponde a um conjunto

de forças organizadas em movimentos sociais e sindicatos cuja principal bandeira de luta é a afirmação da viabilidade econômica da produção familiar.

Em relação aos aspectos econômicos, a aquisição de novas áreas rurais vem se tornando cada vez mais difícil em razão da valorização do valor venal da terra. O valor de referência para o preço de um hectare mecanizável, como por exemplo, no município de Formosa do Oeste/PR no ano de 2000 era de R\$ 4.910,00/ha e para o ano de 2013 o valor de referência subiu para R\$ 25.190/ha (DERAL, 2014).

A diversificação se apresenta como um instrumento poderoso de fixação das famílias no campo porque é capaz de gerar trabalho e renda, porém, ela esbarra em algumas dificuldades, como a descapitalização e/ou a falta de garantia real junto aos agentes financeiros na obtenção de crédito para viabilizar a implantação de novos projetos; a falta de qualificação e conhecimento técnico para implementar gerenciar outras atividades; e a carência de assistência técnica para desenvolver e coordenar a implantação e gestão de novas alternativas para os produtores.

Assim, as outras opções são as mais acessíveis e comumente mais praticadas, porém acabam distanciando a família e, principalmente, o jovem da cultura e dos costumes do campo. Segundo Spanevello e Lago, (2007, p. 06) entende-se que “o aprendizado na propriedade rural começa na infância, onde os filhos conhecem o ofício com os pais e, gradativamente, vão assumindo as responsabilidades e, por fim, a gestão por completo da propriedade”.

Quanto aos aspectos socioculturais, ressalvadas as origens históricas sobre a construção social do sentimento de identidade e pertença, a sucessão das propriedades rurais na agricultura familiar ocorre, principalmente, de forma hereditária. Embora o Código Civil de 2002 assegure direitos iguais a todos os herdeiros, observa-se na agricultura familiar – sobretudo nas pequenas propriedades - que quando há um processo de transmissão dos bens aos herdeiros, prevalecem critérios de ordem cultural em detrimento do regramento jurídico. Assim, visando à manutenção e à identidade da propriedade o pai, “dono e proprietário”, escolhe um dos filhos – geralmente homem – para assumir o comando dos negócios, o qual é incentivado a permanecer na propriedade, enquanto às filhas e aos demais filhos homens, são oferecidos outros benefícios compensatórios para que deixem a propriedade (SPANAVELLO 2008, pp. 171-178). Nessa linha de raciocínio, é comum os próprios pais influenciarem e encorajarem os filhos a não permanecerem na propriedade.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), em seu artigo 5º., assegura a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Observa-se, no entanto, que o campo ainda é um universo prevalentemente masculino e patriarcal, no qual a figura paterna possui hegemonia nas decisões e autoridade sobre a esposa e filhos (OLIVEIRA 2008, pp. 43- 51). Segundo Pasqualoto, Godoy e Verona (2013, p. 77) “essas distinções perpassam as barreiras sociais e econômicas, expressando as tradições culturais”.

Outro fator importante é o fato de que o trabalho do jovem na agricultura é visto pelos pais como “ajuda” e não como atividade profissional, sendo uma prática comum o jovem não receber qualquer tipo de contraprestação pelo seu trabalho, tendo que pedir dinheiro ao pai para a aquisição de bens pessoais de vestuário, por exemplo. Da mesma forma, não é comum a participação dos jovens no processo de gerenciamento e tomada de decisão na propriedade, cabendo a estes apenas a execução das tarefas a eles delegadas. Para Turci, (2009), a necessidade de desvincular a chefia de propriedade é uma importante forma de o

pai ver no filho um parceiro e não um empregado. Por outro lado, quando não há participação dos filhos nas atividades e decisões da propriedade “estes se sentem desvalorizados, o que faz com que busquem outras ocupações, onde podem mostrar suas ideias e mostrar suas capacidades à chance de permanência é maior.” (ZOTIS, 2011, p. 27)

Quanto à educação, observa-se que “os jovens que buscam um grau de escolaridade mais elevado, são aqueles que pretendem sair da propriedade. Por outro lado, os que permanecem na propriedade estudam menos” (STRAPASSOLAS 2011, p. 26-29). Assim, pode-se observar que os fatores culturais interferem na decisão dos jovens de permanecerem ou não na propriedade rural familiar, tanto na condição de opção, como na ausência dela.

Kummer (2013, p. 171) também identificou que “há jovens que gostam do estilo de vida no meio rural, porém possuem dúvidas se esta seria sua melhor escolha devido a incertezas quanto à renda e a continuidade da propriedade”. Destaca-se também, especialmente para o propósito do presente estudo, iniciativas importantes por parte de Cooperativas e das entidades de classe do setor no desenvolvimento de programas direcionados especificamente para o público jovem rural, com a finalidade de despertar seu interesse.

3. Procedimentos metodológicos

O delineamento do presente estudo teórico-empírico contemplou decisões referente à finalidade da pesquisa, método, amplitude temporal, nível e unidade de análise, e delimitação (população e amostra). Em relação ao objetivo, a pesquisa buscou investigar de que maneira as decisões sobre sucessão familiar de jovens agricultores podem influenciar nas relações cooperativistas.

O método de investigação foi o *survey*, com um corte transversal de temporalidade, por meio de um questionário estruturado como instrumento de coleta de dados composto por perguntas objetivas e de múltiplas escolhas. A pesquisa também possui caráter qualitativo complementar, à medida que utiliza entrevistas por meio de um roteiro semiestruturado, realizada com a assessoria de cooperativismo da Cooperativa Agroindustrial Consolata Ltda. (COPACOL), com o objetivo de conhecer o que a organização pensa sobre o tema em estudo, como ela percebe a situação da sucessão familiar dentro de seu quadro social e qual a expectativa com relação aos futuros associados. Os resultados serviram para reforçar as constatações quantitativas por meio de triangulação de dados.

A pesquisa empírica definiu como objeto de estudo a população dos jovens, filhos de agricultores que se enquadram na classificação adotada, que ainda residem nas propriedades rurais. De acordo com dados primários da pesquisa, extraídos de cadastros obtidos junto à entidade de classe (Sindicato Rural), órgãos governamentais (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste) e a COPACOL – que juntas congregam toda a população rural do Município de Formosa do Oeste, identificou-se que esta população atualmente corresponde a 154 indivíduos.

Cabe destacar que os estudos realizados no Município para obtenção dos dados da pesquisa, possibilitaram identificar também que, atualmente, o referido Município possui 860 produtores rurais associados à Cooperativa, sendo que deste total de produtores, 164 se mantém na qualidade de proprietários das respectivas áreas rurais, mas se mudaram para outros Municípios, o que corresponde a 19% do total dos produtores do Município; 265 agricultores saíram das propriedades e residem na sede do Município, o que corresponde a 30% do

total de agricultores e 437 agricultores continuam morando em suas propriedades, o que corresponde a 51% do total de agricultores do Município e associados à COPACOL.

Da população total de jovens agricultores que ainda residem nas propriedades rurais no Município (120 jovens), foram contatados e convidados 79 jovens para participar da pesquisa mediante resposta de questionários. Após a tentativa de censo na população identificada, foram considerados 58 questionários devidamente respondidos e validados para a presente pesquisa.

4. Apresentação dos resultados

A idade dos jovens que participaram da pesquisa está entre 15 e 29 anos. Foram entrevistadas 58 pessoas, sendo que deste total, 32 foram do sexo masculino, que corresponde a 55% do total dos entrevistados, 26 foram do sexo feminino, que corresponde a 45% do total dos entrevistados.

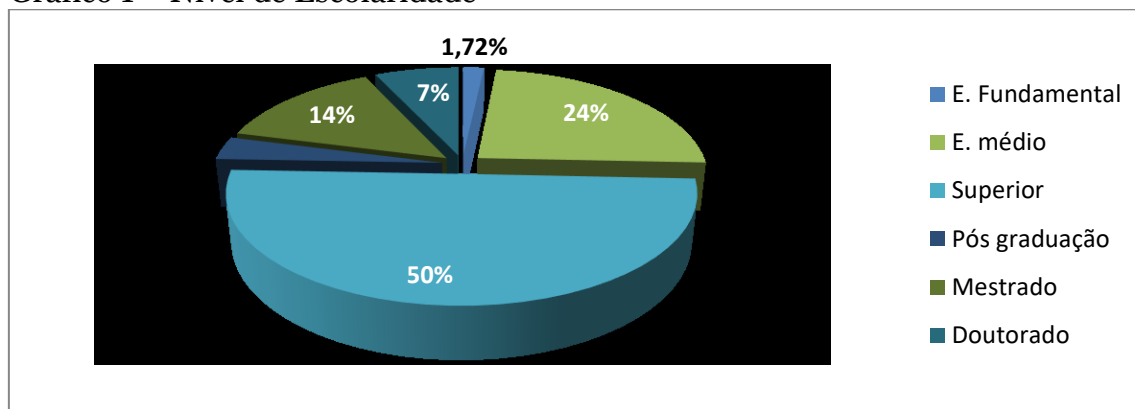
Dentre os jovens do sexo masculino, 65% afirmaram ter planos de continuar morando na propriedade rural e apenas 35% declararam a intenção de não permanecer na respectiva propriedade. Entre os jovens do sexo feminino, 58% manifestaram o interesse em permanecer no campo, enquanto 42% preferem se mudar. Embora a porcentagem dos jovens do sexo masculino que pretendem continuar na propriedade seja maior, destaca-se o alto índice de intenção de permanência feminina nas propriedades, o que representa um indício de que a participação feminina na agricultura da região estudada, tende a aumentar no futuro.

Na sequência, cada uma das variáveis consideradas na abordagem quantitativa, são apresentadas.

4.1 Nível de escolaridade que se pretende alcançar

A percepção do senso comum de que “no meio rural quem estuda, o faz para sair da propriedade, e quem não quer estudar fica”, não se comprovou na região em estudo, conforme demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Nível de Escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa

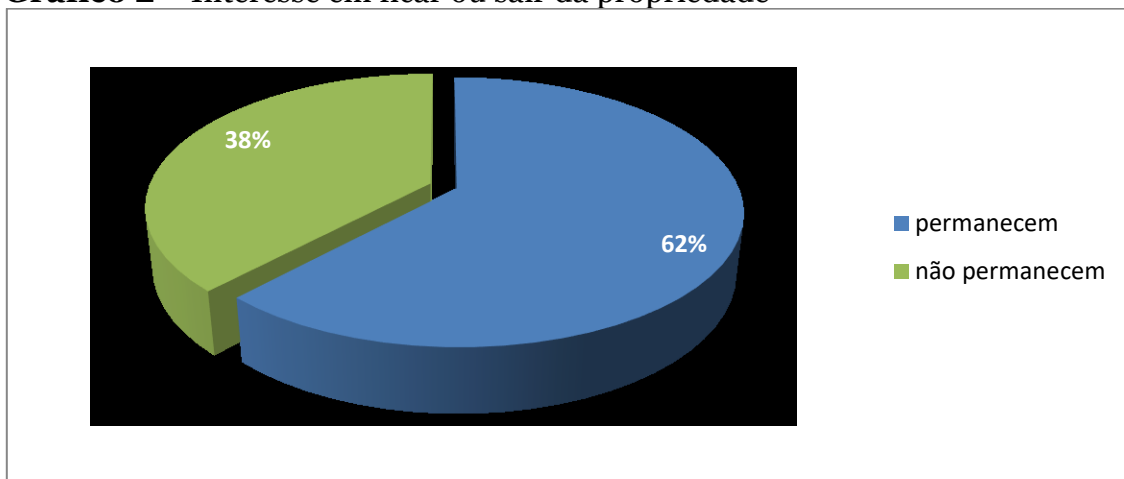
Dos 58 entrevistados, 1 afirmou possuir apenas o ensino fundamental, o que corresponde 1,72% do total dos entrevistados; 14 declaram o interesse em encerrar os estudos no ensino médio, o que representa 24% do total dos

entrevistados; 29 manifestaram o objetivo de concluírem curso superior, o que representa 50% do total dos entrevistados; 2 pós-graduação que representa 3,45%; 8 nível de mestrado, representando 14% dos entrevistados; e 4 afirmaram que pretendem chegar ao nível de doutorado, representando 7% dos entrevistados.

4.2 Interesse em permanecer ou sair da propriedade

Na região estudada, as entrevistadas do sexo feminino também deixam as propriedades em maior número do que os do sexo masculino, porém, é alto o número dos jovens do sexo feminino que pretende permanecer no campo, sendo que, no geral, a maioria dos entrevistados declarou ter planos de continuar morando na propriedade, conforme é demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Interesse em ficar ou sair da propriedade



Fonte: Dados da pesquisa

A pesquisa identificou que 36 indivíduos manifestaram o interesse em continuar na propriedade, que corresponde a 62% dos entrevistados, enquanto 22 declararam que pretendem sair da propriedade e desempenhar outra atividade ou seguir outra profissão. Destaca-se ainda que entre as mulheres, 15 responderam que pretendem continuar na propriedade, enquanto 11 declaram que pretende sair da propriedade. Entre os homens, 21 responderam que pretendem continuar na propriedade, enquanto 11 declaram que pretendem sair da propriedade.

4.3 Fatores que motivam os jovens a permanecer no campo

Baseado nos estudos realizados com a revisão bibliográfica, foram identificados os principais fatores que contribuem para a permanência dos jovens no campo. Assim, para efetuar a pesquisa, foram elencados os mencionados fatores e foi solicitado para os entrevistados que responderam que pretendiam permanecer no campo, para que atribuíssem uma nota de 0 a 10 para estes fatores, sendo que o entrevistado deveria atribuir uma nota mais alta para as afirmações que mais o motiva a permanecer na agricultura e uma nota menor

àquelas que ele considera menos importante. Os resultados são apresentados no gráfico 3.

Gráfico 3 – Fatores que motivam os jovens a permanecer no campo.



Fonte: Dados da pesquisa

A pesquisa demonstrou que os jovens que tem planos de continuar morando nas propriedades rurais, são norteados principalmente pelos seguintes fatores: 1) boa moradia, acesso à tecnologia, carro, celular, Internet, dentre outros - este fato é compreensível tendo em vista que 72% dos entrevistados moram a menos de 10 quilômetros da cidade, contando com bom acesso e dispondo de praticamente toda a tecnologia disponível na cidade; 2) expectativa de renda, embora 52% dos entrevistados relatarem que moram em propriedades com menos de 10 alqueires, a pesquisa também demonstrou um bom nível de diversificação das atividades nas propriedades, sendo que 62% desempenham mais de uma atividade; 3) questões relacionadas aos laços familiares também pesam na decisão de permanecer no campo; 4) a segurança de possuir uma propriedade rural como garantia de estabilidade no futuro, foi o quarto fator mais pontuado.

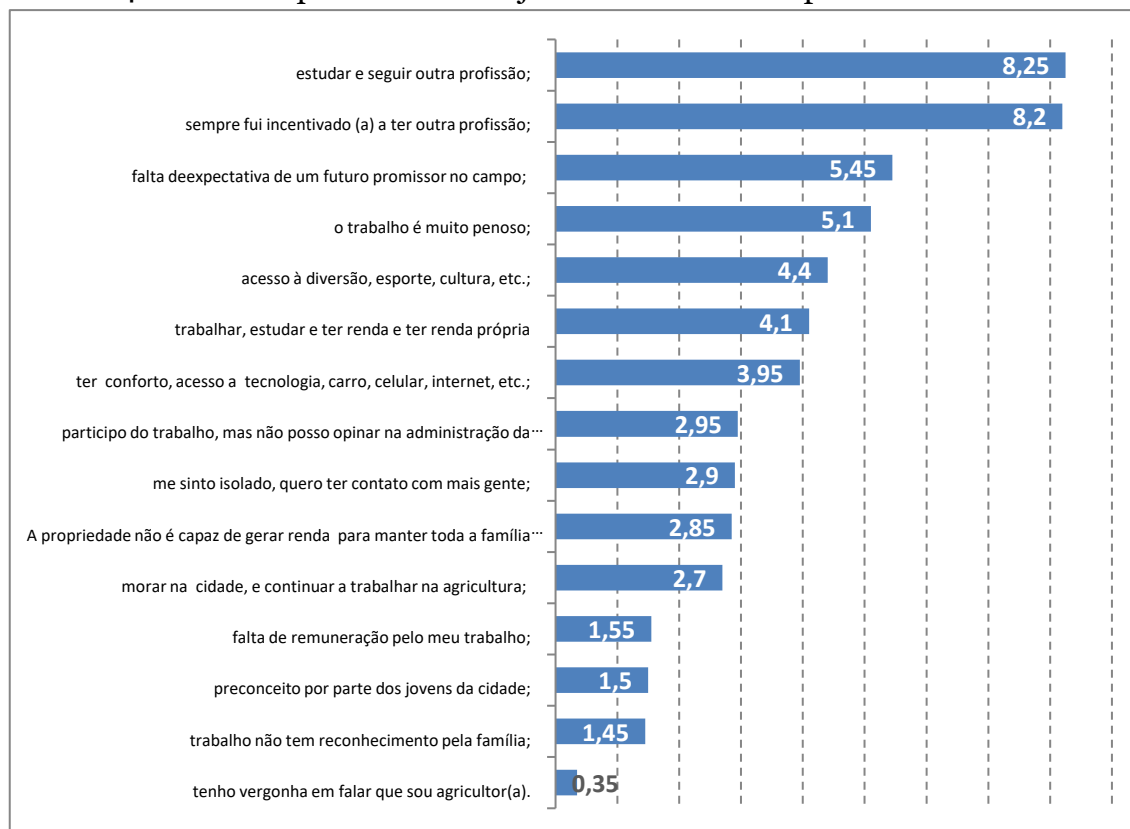
Em outra vertente, os fatores que menos influenciam na decisão de permanecer na propriedade são: 1) a concepção de que, quem opta por permanecer no campo não necessita estudar, foi a que exerceu menor influência na decisão, e que se comprovou na fase inicial da pesquisa, no qual 74% dos entrevistados afirmaram desejar possuir no mínimo nível superior; 2) a dúvida de estarem fazendo a escolha certa - os entrevistados também se mostraram bastante resolvidos quanto a esta decisão, pois a afirmação que relacionava a existência de dúvida se esta seria a melhor escolha, obteve uma pontuação média de apenas 4,2; 3) quanto à afirmação de não gostarem do ritmo de vida da cidade,

a pontuação média foi de 5,11, que é um indício de que os jovens querem aproveitar o melhor dos dois mundos, ou seja, querem desfrutar das comodidades da vida no campo, assegurar uma boa renda, estar perto da família e aproveitar todos os recursos que a cidade oferece; Destaca-se ainda que dos 15 fatores relacionados, 09 obtiveram pontuação média acima de 07 pontos, o que enseja que tanto os fatores culturais, sociais e econômicos contribuem conjuntamente de forma positiva para a decisão da permanência dos jovens entrevistados nas propriedades rurais do Município de Formosa do Oeste.

4.4 Fatores que estimulam os jovens a deixar as propriedades

Para avaliar os principais fatores que contribuem na decisão dos jovens em sair das propriedades, foi solicitado para os entrevistados que atribuíssem uma nota de 0 a 10 para estes fatores. Os resultados são apresentados no gráfico 4.

Gráfico 4 – Fatores que motivam os jovens a sair do campo.



FONTE: Dados da Pesquisa

Quanto aos jovens que têm planos de deixar a propriedade, a pesquisa evidenciou que os fatores que mais influenciam nesta decisão são: 1) o desejo de estudar para seguir outra profissão (8,25); e o incentivo dos pais para que deixem a propriedade (8,20). Há uma aparente relação entre os dois fatores de modo que, os pais ao perceberem que a propriedade não terá condições para comportar toda a família no futuro, estimula o(s) filho(s) a estudar e seguir outra profissão, para que desta forma possa assegurar a renda e a qualidade de vida aos que permanecem.

Diferentemente dos entrevistados que optaram em permanecer nas propriedades, os que saem concentraram a pontuação nos dois fatores

mencionados anteriormente, sendo que os demais fatores influentes foram: a falta de expectativa de um futuro promissor na agricultura (5,45) e a penosidade dos trabalhos no campo (5,1). Por outro lado, os fatores que menos influenciam na decisão de sair da propriedade são: 1) ter vergonha de ser agricultor ou morar na propriedade (0,35); 2) a não remuneração pelo trabalho (1,45) e o fato de sofrer preconceito por parte dos jovens da cidade (1,50) – o que demonstra que o fator social não exerce quase nenhuma influência na decisão e que as questões referentes ao preconceito, apontadas na revisão bibliográfica, praticamente foram superadas na região do estudo –; e 4) a falta de reconhecimento do trabalho pela família (1,55).

Ainda na parte quantitativa da pesquisa, foram analisadas as seguintes variáveis: atividades que são desenvolvidas na propriedade; e distância da propriedade com relação à cidade. Em relação às atividades que são desenvolvidas na propriedade, a pesquisa considerou apenas as atividades em escala comercial, sendo que atividades de subsistência ou destinadas ao consumo familiar não foram contempladas na pesquisa. Constatou-se que a agricultura é a atividade que é desenvolvida em todas as propriedades dos entrevistados; a pecuária está presente em 22 (vinte e dois) propriedades que corresponde 38% do total das áreas pertencentes às famílias dos entrevistados; a avicultura também representa uma atividade importante no Município, estando presente em 24 (vinte e quatro) das propriedades, correspondendo a 41% do total das áreas; a suinocultura aparece em 04 (quatro) propriedades, correspondendo a 7% do total das áreas; e a piscicultura foi observada em 06 (seis) propriedades, correspondendo a 10% do total das áreas. Destaca-se um bom nível de diversificação nas propriedades, que pode proporcionar uma melhoria na renda da família e uma expectativa de oportunidade para os jovens.

No que tange à distância da propriedade com relação à cidade, foi constatado que, do total de 58 entrevistados, 12 propriedades se localizam a menos de 5 quilômetros da sede do Município, o que corresponde a 21,5% do total das propriedades dos entrevistados; 33 propriedades estão localizadas entre 5 e 10 quilômetros distante da sede do Município, correspondendo a 56% do total das propriedades dos entrevistados; 12 propriedades se situam entre 10 e 15 quilômetros da sede do Município, correspondendo a 21,5% do total das propriedades dos entrevistados; enquanto apenas 01 propriedade se localiza a mais de 15 quilômetros da sede do Município, correspondendo a 1% do total das propriedades dos entrevistados.

A constatação de que a distância da propriedade onde os entrevistados residem até a sede do Município ser inferior a 10 quilômetros representar 77,5% dos entrevistados, é um indício de que os agricultores que se mudaram para a cidade e continuam desempenhando a atividade, foram aqueles que moravam nas regiões mais distantes da sede do Município, e, provavelmente, o fizeram buscando segurança e uma melhor qualidade de vida para a família.

4.5 Análise dos dados qualitativos

Este estudo também contemplou entrevista pessoal a partir de roteiro semiestruturado com a Assessoria de Cooperativismo da COPACOL com o objetivo de identificar a percepção da Cooperativa em relação aos seguintes pontos: (1) principais fatores que interferem na decisão dos jovens em permanecer ou não na propriedade; (2) o papel da Cooperativa para contribuir com a manutenção da agricultura familiar por meio de ações que visam à

permanência do jovem no campo e a formação dos futuros associados; (3) relações cooperativistas entre cooperativa e cooperado na perspectiva de longo prazo.

Em relação à percepção da Cooperativa sobre a questão da sucessão familiar nas propriedades rurais e quais os principais fatores que interferem na decisão dos jovens em permanecer ou não na propriedade, foi identificado muita preocupação com o assunto, haja vista o grande número de jovens que estão saindo da atividade, resultando em uma diminuição da população do campo, aumento no tamanho das propriedades, e também na escala de produção das atividades que são desenvolvidas nas propriedades.

De acordo com a respondente, o tamanho das propriedades se constitui em um fator limitante para a permanência dos jovens no meio rural, porque a pequena propriedade não consegue gerar renda suficiente para manter toda a família no campo. Com relação aos fatores que norteiam a decisão dos jovens em permanecer ou não na propriedade, foi apontado que o fator primordial na decisão dos jovens é a vocação para a atividade, seguida da possibilidade de obtenção de renda, destacando que, às vezes, os jovens gostariam de permanecer nas propriedades, mas não o fazem porque esta não gera renda suficiente para manter toda a família.

Questões culturais como a valorização da atividade por parte da família, o envolvimento dos jovens nas atividades da propriedade, a remuneração pelo trabalho, a condução do processo sucessório e o diálogo entre pais e filhos com relação ao negócio familiar, também contribuem para a decisão do jovem em ficar ou sair da propriedade.

Quanto ao papel da Cooperativa para contribuir com a manutenção da agricultura familiar por meio de ações que visam à permanência do jovem no campo e a formação dos futuros associados, foi identificado que o principal mecanismo capaz de viabilizar a pequena propriedade e manter as pessoas no campo é a diversificação das atividades dentro da propriedade. Nesse sentido, a Cooperativa procura oferecer oportunidades de diversificação e geração de renda para as propriedades por meio de atividades integradas, no qual o produtor participa com a estrutura de produção e a mão de obra, e a Cooperativa com o fornecimento dos insumos, assistência técnica, a aquisição e o processamento da produção, disponibilizando aos associados, nesta modalidade, as opções de implantarem em suas propriedades as atividades de avicultura, suinocultura, bovinocultura leiteira e psicultura, além do fornecimento de insumos e a comercialização da produção de grãos.

O trabalho de educação cooperativa começa com as crianças a partir dos oito anos de idade, por meio de parcerias com a rede pública de ensino, com a finalidade de mostrar a história da Cooperativa e começar a despertar a conscientização da valorização da atividade rural e a importância da cooperação. A partir dos 12 anos de idade, os adolescentes, filhos dos associados, são convidados a ingressarem no grupo de jovens cooperativistas, para, mais tarde, fazerem parte dos comitês educativos e das lideranças locais.

O respondente também foi questionado a respeito do baixo índice de participação dos filhos dos cooperados no grupo de jovens cooperativistas. Nessa perspectiva, o respondente mencionou que este é o motivo pelo qual a Cooperativa vem optando por iniciar o trabalho de educação cooperativa ainda na infância. Para os jovens na idade adulta, a Cooperativa tem oferecido cursos de gestão, treinamentos com equipamentos agrícolas e reuniões técnicas, com o objetivo de atrair e incentivar a participação.

No que tange às relações cooperativistas entre cooperativa e cooperado na perspectiva de longo prazo, foi possível observar que a estrutura fundiária dos associados da Cooperativa é composta por pequenas propriedades, sendo que 64% dos associados possuem área inferior a 20ha. Isto gera uma relação de dependência muito forte do associado com relação à Cooperativa, porém, muitos associados, por vários motivos, estão arrendando ou vendendo suas propriedades e se mudando para a cidade. Dentre estes motivos destacam-se: a aposentadoria, a falta de sucessão e a insuficiência de renda para manutenção da família.

Segundo o respondente, a mudança no perfil do associado interfere nas relações cooperativistas na medida em que o associado que não tem uma relação forte de dependência da Cooperativa e tende a ser menos fiel em suas relações com a mesma. Por esta razão, se faz necessário educar os futuros associados para despertar a conscientização para a prática do Cooperativismo, para manter a fidelização do quadro social e para que a história da Cooperativa seja preservada, pois a relação entre a Cooperativa e os associados no futuro deverá ser diferente do que é atualmente.

5. Considerações finais

A migração da população rural em direção às cidades é um processo de circularidade, que ainda está em curso e contempla diversos fatores que contribuem para este quadro, com destaque para processo sucessório na agricultura familiar, que é um dos fatores que mais contribui para a migração da população rural em direção às cidades.

Foi possível concluir que, na região estudada, está emergindo uma geração de agricultores que terá um maior nível de profissionalização, com aumento da presença feminina no campo, trabalhando com propriedades maiores e mais diversificadas, o que deverá produzir reflexos nas relações cooperativistas, uma vez que as expectativas e aspirações destes futuros associados serão diferentes das expectativas dos fundadores da Cooperativa.

Com base na congruência da percepção entre os jovens entrevistados e a Cooperativa em relação aos aspectos principais para tomada de decisão de permanência na zona rural, parece haver uma dissonância entre o desejo de permanência consubstanciado por valores seculares e sentimento de pertença, com fatores de troca como é o caso das organizações Cooperativas que são regidas por contratos formais e informais, sendo a confiança mútua uma importante ferramenta de regulamentação desta relação (BIALOSKORSKI NETO, 2012).

A pesquisa também concluiu que os fatores que mais influenciam os jovens a permanecer nas propriedades são: qualidade de vida, expectativa de renda, reconhecimento pela atividade que desempenha, segurança de possuir um imóvel rural, entre outras. Aqueles que desejam sair, o fazem, principalmente, porque são incentivados pelos pais e pelo desejo de estudar e seguir outra profissão.

Embora a maioria dos entrevistados tenha manifestado a intenção de permanecer morando na propriedade, é provável que nem todos permaneçam, seja porque alguns ainda são jovens e podem mudar os planos no futuro, outros porque não encontrarão espaço devido ao tamanho das propriedades e, outros, ainda, podem se deparar com outras oportunidades mais promissoras. Os resultados também apontam que está emergindo um novo perfil de agricultor na região, que em sua maioria pretende continuar morando na propriedade rural, que tem orgulho do que faz e que está buscando conhecimento para se profissionalizar. A presença da mulher agricultora também deve aparecer como

um novo agente, dado o grande número de jovens do sexo feminino que estão estudando e afirmaram o interesse em permanecer na propriedade, provavelmente não mais como esposa de agricultor, mas sim como empresária rural.

Permanecendo a atual tendência de migração da população rural em direção à cidade e do interesse dos jovens em se profissionalizar, as Cooperativas agroindustriais devem se preparar para um nível de relacionamento diferente dos atuais, porque as expectativas e os anseios de seus futuros associados não serão as mesmas de seus fundadores. Nessa linha de pensamento, o desafio para os gestores e líderes cooperativistas é o de conscientizar esses futuros associados sobre a importância da cooperação, mantendo viva a história da Cooperativa e, concomitantemente, alinhando sua estratégia econômica com as aspirações de seu quadro social.

6. Referências

ABRAMOVAY, R.. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Estudo da dimensão territorial do PPA**. Brasília: CGEE, 2006.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e Gestão de Empresas Cooperativas**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

DERAL – Departamento de Economia Rural. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/terras_pdf_publicacao.pdf>. Acesso em junho de 2014.

FERREIRA, B.; SILVEIRA, F. G.; GARCIA, R. C.. A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C.. Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2001.

KUMMER, R.; COLOGNESE S. A.. **Juventude Rural no Brasil: entre ficar e partir**; Tempo da Ciência, v. 20, n. 39, 2013.

KUMMER, R. **Juventude Rural, entre ficar e partir: a dinâmica dos jovens rurais da comunidade Cerro Azul, Palma Sola/SC**. Dissertação de Mestrado. UNIOESTE, 2013.

MESQUITA, Z.; BAUER, M. Associativismo em rede: uma construção identitária em territórios de agricultura familiar. **Pampa**, v. 01, 2005.

OCB, 2016. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperativismo/index.asp>. Acesso em 08/04/2016.

OLIVEIRA, B. S. M. **De Herdeira a Sucessora: uma trajetória de luta na sucessão empresarial**. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2008.

PASQUALOTO, N.; GODOY, W. I.; VERONA, L. A. F. Agricultura Familiar e Agroecologia: um olhar sobre o caminhar da juventude rural no sudoeste paranaense. **Revista Brasileira de Agroecologia**. 2013.

RAY, C. Towards a Theory of the Dialectic of Local Rural Development within the European Union. **Sociologia Ruralis**. v. 37, n. 3, p. 345-362, 1997.

SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. v. 16, n. 58, 2011.

*Submetido em 22/08/2017
Aprovado em 15/05/2018*

Sobre o(s) Autor(es):

Vilmar Rodrigues Moreira

Doutor em Administração pela FGV-SP (2009), com estágio doutoral e pós-doutorado na Justus-Liebig-Universität Giessen-Alemanha, possui mestrado em Administração pela PUCPR (2003) e graduação em Matemática pela UFPR (1998). Atualmente é professor titular da PUCPR, onde atua na Escola de Negócios como professor e pesquisador no Mestrado Profissional em Gestão de Cooperativas, em cursos de especialização e no curso de Administração.

Email: vilmar.moreira@pucpr.br

Ailton José Cecato

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Paranaense (1996) e mestre em Gestão de Cooperativas pela PUCPR (2016).

Email: ajcecato@ibest.com.br

Carlo Renato Borges

Mestrado Profissional em Gestão de Cooperativas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2016) e Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.

Email: carlorenatob@hotmail.com

Alex Sandro Quadros Weymer

Doutorado em Administração pela PUCPR, Mestrado em Administração com enfoque em Estratégias Empresariais pela Universidade Federal do Paraná, Especialização em Gestão Empresarial e Graduação em Administração pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Atualmente é professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Coordenador do Curso em Gestão Estratégica de Pessoas da PUCPR.

Email: alex.weymer@pucpr.br